



SEDE: TRAVESSA DA MISERICÓRDIA, Nº 3 - 2º (SETÚBAL)

Sindicato dos Trabalhadores da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos

COMUNICADO Nº - 10/82

EM - 25 / 3 / 82

A TODOS OS TRABALHADORES

O Sindicato diz não ao divisionismo!
Diz não às manobras dilatórias.

INFORMAMOS:

No dia 19, o Secretário de Estado do Orçamento deu a seguinte posição:

MOSTRA ABERTURA PARA ACEITAR:

- Passagem de subdirectores, supervisores e técnicos orientadores a chefes de divisão;
(Tal como o Sindicato tinha proposto).
- Subida dos chefes de repartição de 1ª classe à letra D;
(Como defendíamos).
- Ascensão dos chefes de 2ª classe e adjuntos dos chefes de 1ª para a letra F;
(De acordo com a nossa proposta).
- Transição dos chefes de 3ª classe e adjuntos dos chefes de 2ª para a letra H;
(Achamos preferível a G).
- Concordância com a atribuição de uma participação de 15% para os funcionários da fiscalização, desde que exerçam funções efectivas de fiscalização;
(Como o Sindicato tinha apresentado).
- Assentimento para o pessoal administrativo poder passar mediante provas, ao quadro técnico;
(Desde há muito pedido).
- Aplicar às chefias em substituição regime idêntico ao das tesourarias.
(Como é de Justiça e o Sindicato queria).

DE NÃO CONCORDÂNCIA

- 1 - Com subida de letra para os peritos de 1ª classe; /
O Sindicato reivindica a E;
- 2 - Idem, para os peritos de 2ª classe;
O Sindicato quer a G;
- 3 - Idem, para os técnicos de 1ª classe;
O Sindicato exige a H;
- 4 - Idem, para os técnicos de 2ª classe;
O Sindicato quer a I;
- 5 - Idem, para os liquidadores;
O Sindicato exige a J;

- 6 - Recusa de qualquer gratificação de chefia;
- 7 - Não deu resolução ao caso da não promoção dos escriturários dactilógrafos adidos;

Relativamente a todos estes pontos, não houve uma recusa categórica. O Secretário de Estado avançou no sentido de analisar melhor o problema, para o que se aconselharia com um Grupo de Trabalho, formado por gente da D.G.C.I., para estudar as implicações das alterações pretendidas pelo Sindicato no desenvolvimento das carreiras.

Encarámos a ideia com desagrado e relutância, pelo descrédito que há pelos grupos de trabalho.

Mas foi garantido que este seria diferente:

- Seria nomeado logo no dia 22;
- Teria o funcionamento assegurado a tempo inteiro;
- Seria dado conhecimento da sua composição, ao Sindicato, no próprio dia 22;
- Ser-lhe-ia marcado um prazo curto para a conclusão do seu trabalho.

Nesta óptica pareceu-nos razoável e admitimos que se pudesse chegar em curto tempo a um compromisso satisfatório.

Mas

hoje, dia 25, ainda não há grupo formado!

Perante isso, a Direcção entendeu não dever deixar de revelar imediatamente o ponto da situação.

A proposta do Sindicato foi cindida em duas. O que não podemos aceitar!

Não queremos distorções, não queremos que se joguem trabalhadores uns contra os outros!

É justo compensar o trabalhador que chefia pela sua responsabilidade, tal como é de toda a Justiça compensar os restantes trabalhadores pelo seu esforço diário em prol dos serviços e servindo de suporte ao chefe.

Só harmonizando estes 2 vectores - chefes e não chefes - poderemos ter um departamento funcional.

Sentindo nós, Direcção do Sindicato, que as negociações estão a ser desvirtuadas pelo Governo, que os problemas não estão a ser equacionados no campo da Justiça, tendo nós um mandato de todos os trabalhadores a cumprir, vamos lutar.

Temos uma greve decretada pelos trabalhadores, já a marcámos e suspendemos para que a S.E.O. não viesse a argumentar que estaria a negociar sob coacção.

O Governo, com falinhas mansas, está a querer pôr em prática a sua política, dividindo a nossa proposta, que é de união, em duas: - para uns com-

pensações, para outros trabalho e processos disciplinares.

Não aceitamos Justiça parcial !

O Sindicato defende a integralidade da sua proposta. Não se vai fazer Justiça a uns e não a fazer a outros.

Fomos já convocados para mais uma reunião na 3a feira próxima. E não iremos contemporizar mais. Se não acordarmos tudo nesse dia, então teremos de enveredar por caminhos de luta. A que já estamos habituados.

O Governo sabe que os trabalhadores dos impostos, têm trabalhado. E trabalhado bem. Tanto que em 1981 cobrámos mais 43,8% que no ano anterior. E também sabe que em 1979 cobrámos mais 52 milhões de contos que em 1978. E ainda sabe também que em 1982 temos menos 103 trabalhadores do que em 1969.

E também sabe que só com um esforço hercúleo do pessoal dos impostos tudo tem sido possível. Com perserverança. Com dinamismo. Com competência. Com brio. Com camaradagem de todos entre si. Com espírito de equipa. Como força actuante. Que sabe o que quer.

Que sabe que todos trabalham para todos. Que sabe que todos lutam por todos. Com a mesma garra com que sempre o fizeram, desde 1979 em que a guerra da Reestruturação começou, quando impuzemos uma Reestruturação que queremos sempre melhorada mas nunca degenerada e subvertida.

Em face de todo este panorama, gerado pelo divisionismo do Governo, a Direcção do Sindicato convocou uma reunião extraordinária, para estudar as formas de luta a adoptar a fim de contrariar as manobras do Governo e fazer vingar a nossa razão.

Esta luta ter-se-á que desencadear não perdendo de vista o actual contexto de todo o funcionalismo público, até agora único sector a suportar o pacote laboral (vidê pacote laboral p/a função pública) e o tecto salarial miseravelmente imposto.

COLEGAS, VAMOS DIZER NÃO.

A LUTA ESTÁ À PORTA. VAMOS PARA ELA.

VENCEREMOS

A DIRECÇÃO

